



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DA 2ª REGIÃO**

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 02/2021

Determina a publicação do Plano Estratégico Institucional (PEI) do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região para o ciclo 2021-2026.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a [Resolução nº 221, de 10 de maio de 2016](#), do CNJ, que institui os princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas judiciárias;

CONSIDERANDO a [Portaria nº 59, de 23 de abril de 2019](#), do CNJ, que regulamenta o funcionamento da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO o compromisso assumido pelo Governo Federal com a [Agenda 2030](#) para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU);

CONSIDERANDO a [Resolução nº 259, de 14 de fevereiro de 2020](#), do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que aprova o Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho (MGE-JT) de 1º e 2º graus e dá outras providências;

CONSIDERANDO a [Resolução nº 325, de 29 de junho de 2020](#), do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026;

CONSIDERANDO o fim da vigência do Plano Estratégico deste Tribunal instituído por meio da [Resolução Administrativa 02/2015, de 30 de março de 2015](#).

CONSIDERANDO o [Ato GP/VPA nº 03/2019](#), que Institui a Política de Governança, Gestão de Riscos e *Compliance* no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região;

CONSIDERANDO que a deliberação do Tribunal Pleno, em Sessão Administrativa Ordinária realizada em 31 de maio de 2021 quanto ao [Planejamento Estratégico Institucional do E. TRT 2ª Região 2021-2026](#),

RESOLVE:



Art. 1º Determinar a publicação do Plano Estratégico Institucional (PEI) do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região para o ciclo de 2021-2026, anexo a esta Resolução.

Parágrafo único. A íntegra da estratégia definida ficará disponível no sítio eletrônico do Tribunal, no menu dedicado à Transparência - Planejamento e Gestão, bem como os resultados e as atualizações do PEI.

Art. 2º A execução, o monitoramento e as revisões do Plano Estratégico Institucional devem observar o disposto na [Resolução CSJT nº 259/2020](#).

Art. 3º Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

São Paulo, 31 de maio de 2021.

LUIZ ANTONIO M. VIDIGAL
DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL

ANEXO

Plano Estratégico Institucional 2021-2026

MISSÃO

Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania

VISÃO

Ser reconhecida como Justiça ágil e efetiva, que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável do país

VALORES

Ética, Acessibilidade, Agilidade, Eficiência, Transparência, Inovação, Valorização das pessoas, Sustentabilidade, Efetividade, Comprometimento, Segurança jurídica e Respeito à diversidade

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais

Ações Relacionadas

Ação 01. Instituir programa de capacitação de atendimento ao público

Ação 02 Campanha de comunicação ao público externo para disseminação das competências institucionais, estratégias e políticas públicas implantadas

Indicadores Relacionados

IS-JT: Índice de Satisfação



2. Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

Ações Relacionadas

Ação 03. Estabelecer e executar o plano de ação referente à [Meta Nacional 9](#) Integrar a [Agenda 2030](#) ao Poder Judiciário

Ação 04. Elaborar e executar o Plano de Logística Sustentável

Indicadores Relacionados

IIA 2030: Índice de integração da [Agenda 2030](#) ao Poder Judiciário

IAM-PLS: Índice de alcance das metas do PLS

3. Garantir a duração razoável do processo

Ações Relacionadas

Ação 05. Implementar o Selo de Excelência do TRT 2

Ação 06. Estabelecer processo para incentivar a redução do acervo de processos antigos

Ação 07. Estabelecer programa de capacitação de servidoras e servidores em ações de execução e uso dos convênios

Indicadores Relacionados

IPJ: Índice de Processos Julgados

IPAJ: Índice de Processos Antigos Julgados

TCL: Taxa de Congestionamento Líquida

IdACERVO: Idade do Acervo

4. Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados

Ações Relacionadas

Ação 08. Consolidar o processo de gestão de riscos do TRT 2

Indicadores Relacionados

NMGR: Nível de Maturidade Global de Riscos

5. Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas

Ações Relacionadas

Ação 09. Promover eventos temáticos de conciliação e mediação

Ação 10 Estabelecer programa de capacitação de quem realiza as conciliações e as mediações

Indicador Relacionado

IC: Índice de Conciliação

6. Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas

Ações Relacionadas

Ação 11. Aprimorar as ferramentas de identificação de demandas seriadas e seus respectivos precedentes

Indicadores Relacionados



TMAI: Tempo médio entre a admissibilidade do incidente e a publicação da decisão com definição da tese jurídica

7. Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica

Ações Relacionadas

Ação 05. Implementar o Selo de Excelência do TRT 2

Ação 12. Estabelecer o processo de *Compliance* Institucional

Ação 13. Estabelecer repositório institucional de processos de trabalho

Ação 14. Estabelecer laboratório de inovação, inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Ação 15. Consolidar o uso da ferramenta de B I para tomada de decisões

Ação 16. Implantar estrutura para cumprimento da LGPD

Ação 17. Promover uso de soluções nacionais para sistemas informatizados

Indicador Relacionado

IGG: Índice Integrado de Governança e Gestão

8. Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira

Ações Relacionadas

Ação 18. Fortalecer a utilização do SIGEO como ferramenta de gestão orçamentária nas unidades

Ação 19. Estabelecer programa de capacitação para gestão orçamentária

Indicadores Relacionados

ICEC95-JT: Índice de cumprimento da [Emenda Constitucional nº 95 2016](#)

IRPLGE: Impacto de Restos a Pagar inscritos no limite de gastos para o exercício

9. Incrementar modelo de gestão de pessoas

Ações Relacionadas

Ação 20. Institucionalizar a gestão por competências

Ação 21. Aperfeiçoar os processos de gestão de pessoas com o uso pleno do SIGEP

Ação 22. Instituir e executar o Plano Diretor de Gestão de Pessoas

Ação 23. Estabelecer plano de ação para fortalecimento da cultura da diversidade

Indicadores Relacionados

IPSMS: Índice de promoção da saúde de magistrados e servidores

CLIMA: Clima Organizacional

10. Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados

Ações Relacionadas

Ação 16. Implantar estrutura para cumprimento da LGPD

Ação 17. Promover uso de soluções nacionais para sistemas informatizados

Ação 24. Concluir a virtualização de processos

Ação 25. Instituir e executar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações

Indicadores Relacionados

IPJE: Índice de processos judiciais eletrônicos



ICISSBD: Índice de conformidade da integridade e segurança dos sistemas e das bases de dados
ISTIC-JT: Índice de satisfação com os sistemas de TIC